



Gestão Estratégica 2007 / 2010

A decisão de modernizar





CORPO DELIBERATIVO

CONSELHEIROS

Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco – Presidente
Abelardo Pio Vilanova e Silva – Vice-Presidente
Sabino Paulo Alves Neto – Corregedor Geral
Luciano Nunes Santos
Joaquim Kennedy Nogueira Barros
Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga
Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

AUDITORES

Jaylson Fabianh Lopes Campelo
Jaime Amorim Júnior
Delano Carneiro da Cunha Câmara
Jackson Nobre Veras
Alisson Felipe de Araújo

PROCURADORES DE CONTAS JUNTO AO TCE/PI

Leandro Maciel do Nascimento – Procurador Geral
Plínio Valente Ramos Neto
Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa
Leandro Maciel do Nascimento
Márcio André Madeira de Vasconcelos

© 2008, Tribunal de Contas do Estado do Piauí.



Av. Pedro Freitas, 2100 - Centro Administrativo - CEP: 64018-200

Tel.: (86) 3215-3800 - Fax.: (86) 3218-3113

Email.: tce@tce.pi.gov.br

Teresina-PI - Brasil

APRESENTAÇÃO

Os Tribunais de Contas do Brasil passam por um programa de modernização - PROMOEX, cujo início se deu ainda em 2001, quando se discutiam as estratégias para a aferição do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, ocasião esta em que se verificou a necessidade de se instrumentalizar melhor as Cortes de Contas para que estas cumprissem mais satisfatoriamente o seu mister.

Ademais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal buscava romper o antigo paradigma da administração burocrática, promovendo, de certo modo, um choque de gestão na administração pública brasileira, nada mais oportuno que também os Tribunais de Contas lançassem mão das técnicas da administração gerencial.

Neste contexto, cada Tribunal de Contas elaborou o seu projeto de modernização, contemplando a reestruturação organizacional, modernização do acervo tecnológico, redefinição de métodos e procedimentos, manualização das rotinas de trabalho e capacitação dos recursos humanos.

O ponto de partida não poderia ser outro, senão o planejamento estratégico, a nortear todas as ações da administração, elaborado de forma participativa, com o engajamento de conselheiros, auditores substitutos de conselheiros, procuradores e demais servidores. A fundamentação teórica pautou-se nos princípios da moderna administração gerencial, conforme os conceitos que se seguem.



COMPROMISSO DO TRIBUNAL

Para demonstrar a firme decisão de modernizar o Tribunal de Contas do Estado do Piauí é que assumimos, no início de 2007, compromisso perante não somente àqueles que fazem esta Corte, como também aos jurisdicionados e à sociedade, em particular, compromisso este que reafirmamos e formalizamos neste plano denominado:

“Gestão Estratégica - 2007/2010 - A decisão de modernizar”

É uma síntese das diretrizes e metas estratégicas que o Tribunal está executando e ainda executará nos próximos três anos do primeiro planejamento estratégico da instituição.

Ao formalizarmos as ações do Tribunal neste documento, desejamos consolidar o programa de modernização por que passam as Cortes de Contas do Brasil. São propostas que visam ao engrandecimento da instituição, tornando-a moderna e operante, dando para a sociedade as respostas que ela precisa, com a rapidez que ela exige, com a qualidade que ela merece.

Nesse sentido, estão aqui expostas as metas e estratégias do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - PROMOEX, abrangendo, entre outras, a implantação da ouvidoria e da corregedoria; o desenvolvimento de ações de integração do Tribunal com a sociedade, o redesenho dos métodos e procedimentos de análise; o redesenho da estrutura organizacional; a revisão



da Lei Orgânica, do Regimento Interno, das Resoluções e dos ritos processuais; a implantação de um sistema informatizado de prestação de contas e de controle de débitos, multas e decisões do Tribunal; a elaboração e implantação do planejamento estratégico do Tribunal; o desenvolvimento e implantação do sistema de controle interno; a ampliação e atualização do parque tecnológico do Tribunal; a implantação da nova política de gestão de pessoal; a padronização de pareceres, acórdãos e resoluções; a sistematização de normas, súmulas e jurisprudências.

Os compromissos estratégicos aqui assumidos demonstram, de modo inequívoco, que estamos buscando a implantação do modelo gerencial de administração, com ênfase na reestruturação organizacional, redefinição de procedimentos, manualização de rotinas, tudo com vistas a garantir mais agilidade, mais transparência nas ações, mais eficácia nas decisões.



TRIBUNAL
DE CONTAS
DO ESTADO





CORPO DE GESTÃO

CONSELHEIROS

Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco – Presidente

Abelardo Pio Vilanova e Silva – Vice-Presidente

Sabino Paulo Alves Neto – Corregedor Geral

Luciano Nunes Santos

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

AUDITORES

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Jaime Amorim Júnior

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

PROCURADORES DE CONTAS JUNTO AO TCE/PI

Leandro Maciel do Nascimento – Procurador Geral

Plínio Valente Ramos Neto

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

José Araújo Pinheiro Júnior

Márcio André Madeira de Vasconcelos

SECRETARIA DAS SESSÕES

Marta Fernandes de Oliveira Coêlho – Secretária das Sessões

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DFAM)

Chrystianne Portela de Mello Rocha – Diretora

Mayra Veloso Porto P. de Oliveira – Chefe da I Divisão Técnica

Anatônia Arêa Leão Teixeira – Chefe da II Divisão Técnica

Marilé Ribeiro Cavalcante – Chefe da III Divisão Técnica

Geraldo Simião Nepomuceno Filho - Chefe da IV Divisão Técnica

Vilmar Barros Miranda - Chefe da V Divisão Técnica

Paulo Roberto de Oliveira Paiva e Silva - Chefe da VI Divisão Técnica

Alexandra Cronemberger Rufino - Chefe da VII Divisão Técnica

Josyane Rocha da Silva - Chefe da VIII Divisão Técnica

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (DFAE)

Lucine de Moura Santos Pereira Batista – Diretora

Maria do Socorro Freitas de Brito - Chefe da I Divisão Técnica

Jacqueline Viana Sousa - Chefe da II Divisão Técnica

Cláudia de Moraes Nunes Dourado - Chefe da III Divisão Técnica

Andréa de Oliveira Paiva - Chefe da IV Divisão Técnica

INSPETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Carlos Alberto Matão Lemos - Diretor

Francisco José Soares Fernandes – Chefe da Divisão de Engenharia

Eston dos Santos Lima – Chefe da Divisão de Aposentadorias e Pensões

Diva Lucíola de Alencar Marques – Chefe da Divisão de Admissões

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Antônio Ricardo Leão de Almeida - Diretor

Antonio Carlos Machado - Coordenador de Suporte e Atendimento ao Usuário

Antônio Moreira da Silva Filho - Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas

Wesley Emmanuel Martins Lima - Coordenador de Segurança da Informação

DIRETORIA EXECUTIVA

Jorge Félix dos Santos Filho

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Antônio Wall Ferraz - Diretor

Francisco Domingues de Meneses - Chefe da Divisão de Orçamentos e Finanças

Raimunda da Silva Borges - Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Patrício Piauiense Soares de Araújo - Chefe da Divisão de Patrimônio e Serviços Gerais

UEL - PROMOEX

COORDENAÇÃO

Jaylson Fabianh Lopes Campelo - Coordenação Geral

Chrystianne Portela de Mello Rocha - Coordenadora Administrativo-Financeira

Andréa de Oliveira Paiva - Coordenadora Técnica

COMISSÃO ADMINISTRADORA - CAPRO

Almira Alice Carvalho Silva

Cláudia Jovanka Cury de Miranda

Francisco das Chagas Avelino de Macedo

Maria da Conceição Rufino de Oliveira

Rosemary Capuchu da Costa

GERENTES

Jaime Amorim Júnior

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Kassandra Saraiva de Lima

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

Lucine de Moura Santos Pereira Batista

Antônio Ricardo Leão de Almeida

Raimunda da Silva Borges

Sumário

INTRODUÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2. CONCEITOS	25
3. MÉTODO DE GESTÃO	27
4. DIAGNÓSTICO - FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	29
5. DIAGNÓSTICO - FIA - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO	35
6. IDENTIDADE INSTITUCIONAL	41
7. OBJETIVOS 2007-2010	42
8. METAS 2007-2010	43
9. ESTRATÉGIAS	44
10. MATRIZ DE CORRELAÇÃO	48
11. PRINCIPAIS AÇÕES	53

INTRODUÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O início da década de 1990 é marcado pelo fim da era industrial e começo de uma nova era, com destaque para a explosão do desenvolvimento tecnológico e do processo de globalização. No mundo organizacional a ênfase passa a ser o conhecimento e a melhoria dos serviços prestados à sociedade, com base na produtividade, qualidade, competitividade e foco no cliente/cidadão.

A exemplo do que ocorreu na administração privada, nas organizações públicas a partir do final da década de 40 o modelo de gestão fortemente adotado foi o burocrático. Somente nas décadas de 70 e 80, alguns países de primeiro mundo, como é o caso da Inglaterra e Nova Zelândia, respectivamente, iniciaram o processo de reforma administrativa com a perspectiva de uma administração voltada para as necessidades e aspirações da sociedade.

No Brasil, a situação não ocorreu de forma muito diferente. Por volta da década de 80, com a eclosão da crise de endividamento internacional seguida, em meados da década de 90, pelo acirramento da crise fiscal e pelo fortalecimento do processo de globalização, o governo federal sentiu-se obrigado a iniciar o processo de Reforma Administrativa, tendo como foco a reestruturação organizacional e a sustentabilidade fiscal, no sentido de:

- Reduzir o custo da máquina;
- Tornar mais eficiente os serviços;
- Proteger o patrimônio público do rent-seeking ou da corrupção aberta; e

- Fomentar uma economia mais produtiva e internacionalmente mais competitiva.

Adotou como medida principal a mudança do modelo de administração pública burocrática para a gerencial. Esta tem como características básicas:

- Orientada para o cidadão;
- Orientada para a obtenção de resultados;
- Adota como estratégia a descentralização, incentivo à criatividade e à inovação; e
- Utiliza contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos.

Para a implementação dessa nova forma de administrar, o governo federal adotou, entre outras medidas:

- Criação do Ministério da Administração e Reforma,
- Viabilização de recursos aos Estados brasileiros para a modernização da Administração Fiscal e continuar incentivando outras organizações a promoverem inovações e melhoria de seus resultados institucionais.

Esta última medida fomentou nos Estados brasileiros a necessidade de iniciar o processo de mudança de uma administração pública burocrática para uma administração pública gerencial.

Neste mesmo contexto, os Tribunais de Contas do Brasil, com apoio do governo brasileiro, buscam financiamento no sentido de também fazer a travessia do modelo de gestão burocrática para o gerencial. Seguem as principais diferenças desses modelos de Administração.

Administração Pública Burocrática

Surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, a Administração Pública Burocrática, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Por isso, centra nos controles rígidos dos processos, como por exemplo na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.

Por outro lado, o controle — garantindo o poder do Estado — transforma-se na própria razão do funcionário. Em consequência, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir à sociedade. A qualidade fundamental da administração pública burocrática foi a efetividade no controle dos abusos; seu defeito, a ineficiência, a auto-referência, a incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como clientes.

Administração Pública Gerencial

Emerge, na segunda metade do século XX, a Administração Pública Gerencial, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial. A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações. A eficiência da administração pública — a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário — torna-se então essencial.

A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de se basear nos processos para concentrar-se nos

resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.

Na Administração Pública Gerencial, a estratégia volta-se:

- para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade;
- para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados; e
- para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados, deslocando a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

“O paradigma gerencial contemporâneo fundamenta - se nos princípios de confiança e de descentralização da decisão. Exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções e incentivos à criatividade”.



I. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Planejamento Estratégico

Instrumento pelo qual permite a organização se autodiagnosticar, a partir dos seguintes questionamentos:

Onde nós estamos: quem somos? Quais nossos principais problemas? Quais nossos pontos fracos e fortes? Quais nossos recursos disponíveis?

Onde queremos ir: que organização queremos ser? Quais nossos objetivos? Quais nossas metas?

Como chegar lá: quais os melhores caminhos para chegarmos aos nossos objetivos e atingir as nossas metas?

Foi com base nesse poderoso instrumento de planejamento estratégico que o Tribunal de Contas do Piauí mobilizou todos os seus colaboradores para responder as seguintes questões:

- Por que o TCE-PI existe?
- O que e como faz sua gestão?
- Onde se quer chegar em termos de resultados?

A metodologia utilizada para a elaboração do plano estratégico foi a participativa por representação dos níveis estratégico e tático na elaboração da identidade organizacional, objetivos, metas e estratégias. O desdobramento dos planos de ação contou com a participação do nível operacional. Para tanto, seguiram-se os seguintes passos:

Análise interna das forças e limitações do TCE-PI

Fez-se uma análise das condições internas do TCE para permitir uma avaliação dos principais pontos fortes e dos pontos fracos que a organização possui.

Os pontos fortes constituem as forças propulsoras da organização que facilitam o alcance dos objetivos organizacionais - que devem ser reforçados, enquanto os pontos fracos constituem as limitações e as forças restritivas que dificultam ou impedem o seu alcance - e que devem ser superados.

Análise externa

Realizou-se uma análise do ambiente externo ao TCE, ou seja, das condições externas que o rodeiam e que lhe impõem desafios e oportunidades. A análise externa envolveu: identificar ameaças e oportunidades e respectivas características atuais e tendências futuras da conjuntura econômica, tendências políticas, sociais, culturais, legais etc., que afetam a sociedade piauiense.

Formulação das Alternativas Estratégicas

Na fase de elaboração do plano estratégico formularam-se as alternativas que o TCE-PI poderia adotar para alcançar os objetivos organizacionais pretendidos, tendo em vista as condições internas e externas. As alternativas estratégicas constituíram as ações futuras para atingir os objetivos e metas globais. O planejamento estratégico centrou-se em medidas e decisões sobre o futuro da organização, como:

- Objetivos e metas organizacionais a longo prazo e seu desdobramento em metas por nível hierárquico detalhadas;
- Os resultados esperados para cada uma de suas atividades;
- Alternativas estratégicas quanto às suas atividades; e

- Novos investimentos em recursos para inovação (materiais, financeiros, máquinas e equipamentos, humanos, tecnológicos etc.).

O detalhamento do plano está contido no decorrer de todo este documento que ora se apresenta a todos os servidores, jurisdicionados e sociedade, para que possam acompanhar e fazer o controle social do referido plano.

Metodologia de elaboração do plano estratégico

Compreendendo que planejar é determinar os caminhos pelos quais a organização deve seguir e onde deseja chegar, adotou-se a seguinte metodologia de construção do Plano Estratégico.



ESTADO DO PIAUÍ



TRIBUNAL DE CONTAS

2. CONCEITOS

- **Negócio** – é a área de atuação da organização, é explicitar o espaço que a instituição ocupa ou pretende ocupar em relação às demandas sociais no seu âmbito de atuação.
- **Missão** – consiste na razão da existência da organização e na delimitação de suas atividades dentro do espaço que deseja ocupar em relação às demandas de responsabilidade do poder público. Ela é sempre estabelecida nos fins e não nos meios. O principal papel da Missão é orientar e inspirar as pessoas que trabalham na instituição e de comunicar a forma como pretende atuar.
- **Visão de Futuro** – é definida como uma projeção: uma imagem ambiciosa, projetada no futuro, do lugar que se pretende que a organização venha a ocupar. Situação futura desejável, que esteja relacionada ao cidadão e à sociedade e que seja, de alguma maneira, notavelmente melhor que a situação atual. Declaração do que você quer que a sua instituição seja no futuro.
- **Valores** - são preceitos básicos estabelecidos que devem balizar as ações e as políticas da instituição, na busca da realização da sua visão de futuro. Constituem a base de sustentação de todas as ações dos membros e servidores da instituição.
- **Objetivos** – constitui a mola mestra da administração, a focalização para onde deve convergir todos os esforços da organização, o ponto onde as realizações deverão levar. Os planos constituem os meios para se chegar até esse ponto, porém, os objetivos fazem parte de um contexto mais amplo: a missão, a visão e os valores da organização.

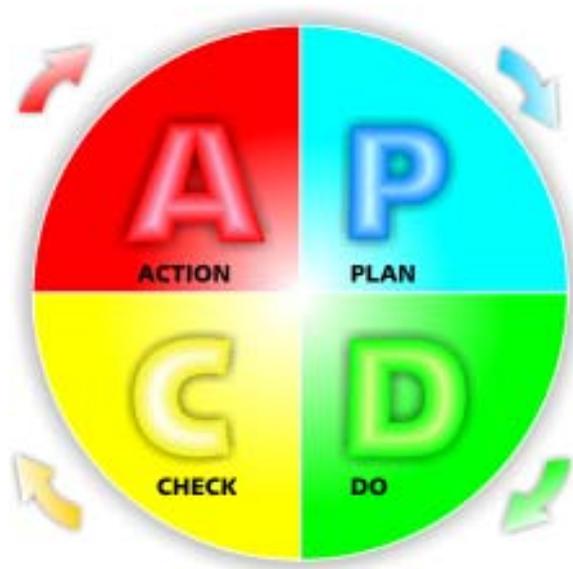
- 
- Estratégias – A finalidade das estratégias é estabelecer quais serão os caminhos, os cursos, os programas de ação que devem ser seguidos para alcançar os desafios estabelecidos. Estratégia é definida como sendo “ação no médio e longo prazos necessária para se atingir a visão”. Caminho a ser seguido pela organização para garantir a sua sobrevivência a longo prazo.
 - Meta – É o estabelecimento do compromisso da organização para o alcance dos objetivos em quantidade e prazo. Uma meta é o objetivo mais o valor e o prazo de cumprimento do objetivo.

3. MÉTODO DE GESTÃO

No modelo de gestão para obtenção de resultados o método adotado é o conhecido como “PDCA”, que compreende as seguintes etapas:

- Planejar a partir de metas e ações;
- Executar as ações planejadas e capacitar a equipe;
- Acompanhar o resultado das metas através de indicadores; e
- Avaliar e agir corretivamente no caso de insucesso.

MÉTODO CIENTÍFICO DE GERENCIAMENTO



- 1 Localizar problemas e estabelecer metas
- 2 Estabelecer Plano de Ação
- 3 Conduzir a execução do Plano
- 4 Verificar o atingimento da meta
- 5 Tomar ação corretiva no insucesso
- 6 Padronizar e treinar no sucesso

"A MEDIDA QUE VEM PROPOR-VOS É A CRIAÇÃO DE UM TRIBUNAL DE CONTAS, CORPO DE MAGISTRATURA INTERMEDIÁRIA À ADMINISTRAÇÃO E À LEGISLATURA, QUE, COLOCADO EM POSIÇÃO AUTÔNOMA, COM ATRIBUIÇÕES DE REVISÃO E JULGAMENTO, CERCADO DE GARANTIAS CONTRA QUAISQUER AMEAÇAS, POSSA EXERCER AS SUAS FUNÇÕES VITAIS NO ORGANISMO CONSTITUCIONAL, SEM RISCO DE CONVERTER-SE EM INSTITUIÇÃO DE ORNATO APARATOSO E INÚTIL."

RUY BARBOSA

RIO, 07.11.1890



4. DIAGNÓSTICO - FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Que Tribunal de Contas queremos?

Cerca de 88% dos entrevistados, na média dos setores, elaboraram frases sobre como o Tribunal de Contas deveria ser. Podemos agrupá-las em 6 grandes linhas ou diretrizes de ação, que envolvem consolidação e aperfeiçoamento das funções existentes. São elas:

- Independência institucional;
- Transparência e parceria com a sociedade;
- Agilidade;
- Orientação, auxílio, educação e prevenção;
- Parceria institucional; e
- Aumento da efetividade de suas ações e, sobretudo, da Administração Pública.

Conclusões

- Em relação à avaliação dos serviços produzidos pelos TCs, o maior problema é, disparado, o tempo de resposta (falta de agilidade), o que implica uma reformulação de seus procedimentos. Além disso, o acesso às suas informações ainda é considerado difícil para a maioria dos entrevistados da sociedade civil, o que implica melhor comunicação e transparência junto à população.
- Os três principais problemas no relacionamento dos TCs com os cidadãos são: primeiro, e com grande vantagem frente aos demais, comunicação de suas atribuições institucionais; segundo, clareza na linguagem utilizada; e, terceiro, transparência dada à fiscalização dos recursos públicos.
- Está aqui um ponto essencial para a modernização dos TCs, pois a melhora do relacionamento com a sociedade poderá gerar maior legitimidade para o órgão, tanto mais porque os entrevistados, em sua maioria, consideraram muito importante a função dos Tribunais – raros foram os que propugnaram sua extinção.
- A maioria dos gestores públicos considera boa a relação com as auditorias, embora acreditem que elas se concentram demais no aspecto da legalidade. Ou seja, o foco é o problema, pois há inclusive o pedido por mais auditorias, com maior regularidade, feitas de forma preventiva e/ou avaliando os resultados (conteúdo). Não por acaso, a maioria das respostas dadas pelo gestores aponta para um relacionamento baseado no respeito, mas com ressalvas, vinculadas à forma, hoje muito voltadas à legalidade, e pouco orientadas para a economicidade e, menos ainda, para a efetividade.

- A grande maioria dos entrevistados acredita que os TCs tem um papel fundamental à democracia, localizado em sua dimensão mais nitidamente republicana – trata-se dos casos de auditoria, denúncias e avaliação das contas dos prefeitos e dos governadores. Isto não quer dizer que esta seja a única função dos Tribunais em prol da democracia, mas sim, que é hoje a mais requerida. Se houver um avanço em ações de avaliação de resultados e de educação para a cidadania, o papel democrático dos TCs pode ser ampliado.
- Se analisarmos o conjunto dos atores e a média de suas respostas, os três temas que devem ser levados em conta para melhorar a avaliação que eles têm atualmente dos Tribunais de Contas seriam os seguintes:
 - Ações voltadas para a economicidade;
 - Maior relacionamento com a sociedade;
 - Avaliação de resultados das políticas governamentais.
- Os quatro aspectos críticos mais salientados pelos entrevistados são, em ordem decrescente, a politização do Tribunal e sua falta de independência (1) e a falta de transparência e o relacionamento insatisfatório com a sociedade (2), como os dois mais citados, depois, com destaque importante, a burocratização das atividades e lentidão das respostas (3), e, finalmente, com índice pequeno de respostas, a estrutura material e de recursos humanos (4).
- A politização dos Tribunais de Contas aparece com destaque, mas é bom lembrar que outras instâncias e Poderes têm uma forma de indicação similar à dos TCs, porém tal problema não aparece com tanta evidência. Por que será que isso acontece? Esta pergunta deve ser respondida pelos Tribunais, com discussões internas e



maior diálogo com a sociedade para tentar elucidar as dúvidas quanto ao processo de nomeação.

- Um número alto de entrevistados também citou as qualidades mais importantes dos TCs, que são:
 - Qualidade do corpo técnico;
 - Importância da função institucional;
 - Potencial de parcerias.
- A primeira delas é o maior trunfo do Tribunal, embora terá mais chances de tornar-se positiva quanto mais a sociedade conhecer e se sentir protegida pelas ações dos Tcs.
- A maioria dos entrevistados destaca como positivo o papel institucional dos Tribunais de Contas. Tal como no aspecto da qualidade do corpo funcional, esta característica tende a ser potencializada pelas mudanças da instituição em prol da maior agilidade, prevenção dos problemas, garantia da economicidade e da efetividade e por meio da transparência.
- Por fim, a qualidade referente ao potencial das parcerias vai depender de estratégias novas de relacionamento com os outros Poderes e a sociedade.
- Ações conjuntas com o Executivo podem ser incentivadas no campo da eficiência e controle de custos, da avaliação de políticas e criação de indicadores, e ainda na prevenção da corrupção.
- Com o Ministério Público, o maior campo de parceria está na apuração dos desvios nos atos administrativos. A questão é como encontrar o lugar do TC neste processo.
- As parcerias com a sociedade podem ser resumidas num termo: Educação Cidadã.
- É preciso garantir informações a partir das quais os

cidadãos possam controlar melhor os governantes, não apenas no que se refere à conduta ética, mas também, e com importância crescente, no que diz respeito ao uso parcimonioso dos recursos públicos e à escolha das políticas que normalmente geram melhores resultados.

- Visão de Futuro para os Tribunais de Contas, segundo os atores externos:
 - Ampliação e consolidação das funções institucionais do TC;
 - Transparência e parceria com a sociedade;
 - Orientação, educação e prevenção;
 - Atuação mais ágil e menos formalista;
 - Avaliação dos resultados e da efetividade das políticas governamentais; e
 - Parceria institucional.



5. DIAGNÓSTICO - FIA - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO

Premissas

- Planejamento, controle gerencial, transparência e auditabilidade do gasto público;
- Qualidade do gasto público dos estados e municípios brasileiros;
- Disciplina fiscal na execução do gasto público;
- Cidadania no acompanhamento da gestão pública.

Objetivo Geral

- Levar os tribunais de contas dos estados e municípios ao melhor nível de atuação através de modernos procedimentos de trabalho, recursos humanos pró-ativos e capacitados, utilização orgânica da tecnologia de informação e exploração do potencial de integração com os jurisdicionados e os cidadãos.

Vetores Estratégicos

- Alinhamento estratégico interinstitucional;
- Planejamento estratégico e operacional;
- Reconcepção dos procedimentos-chave;
- Gestão ativa dos recursos humanos;
- Estruturação da gestão dos recursos de tecnologia de informação;
- Fortalecimento institucional dos tribunais e de sua integração;
- Estruturação e potencialização da equipe de gestão do projeto.

Alinhamento Estratégico Interinstitucional

Recomendações Técnicas:

- Integração com órgãos sistêmicos dos poderes (planejamento, administração e finanças) dos jurisdicionados, assim como representantes dos cidadãos;
- Integração dos processos de planejamento, orçamento, execução orçamentária, gestão financeira e controle interno (a exploração desse potencial permitirá trazer transparência ao orçamento e sincronização da atuação rotineira do tribunal);
- Aprofundamento da relação com os cidadãos: educação, informação, interação (Ouvidoria...).

Planejamento Estratégico e Operacional

Recomendações Técnicas:

- Desenvolvimento da visão da organização, inclusive trabalhando com cenários – transcender a operação;
- Definição de objetivos, metas e estratégia;
- Ênfase em participação e comprometimento dos conselheiros e corpo técnico;
- Estabelecimento de ações, responsáveis, recursos, prazos e interdependências;
- Estabelecimento de um processo sistemático de avaliação e correção das ações.

Reconcepção dos Procedimentos-Chave

Recomendações Técnicas:

- Redesenho dos procedimentos-chave do tribunal, integrando-os com seus jurisdicionados, eliminando

tempo, custo e erro, minimizando transcrições, intermediários e papel;

- Definição dos requisitos de informação e de tecnologia para os novos processos – modelos de processos e dados;
- Montagem da estratégia para a compatibilização dos novos processos com a legislação;
- Definição dos novos postos de trabalho e da sistemática de controle gerencial para o suporte aos novos processos;
- Definição dos investimentos, inclusive em TI, a partir dos novos processos concebidos.

Gestão Ativa dos Recursos Humanos

Recomendações Técnicas:

- Atração e retenção de técnicos com perfil criativo e empreendedor, que participarão ativamente do desenvolvimento organizacional do TC;
- Contínua capacitação dos recursos humanos;
- Avaliação contínua, integrada à capacitação;
- Recompensa de acordo com o desempenho, mensurado objetiva e explicitamente.

Estruturação da Gestão de Recursos de Tecnologia de Informação

Recomendações Técnicas:

- Planejamento de TI;
- Administração de dados;
- Desenvolvimento/contratação de sistemas;
- Auditoria de TI, incluindo segurança;

- 
- Gestão da infraestrutura de rede;
 - Gestão de capacidade/performance e da infraestrutura de servidores, estações de trabalho e periféricos;
 - Gestão de contratação de produtos e serviços;
 - Gestão da produção da área;
 - Gestão da capacitação de RH em TI.

Fortalecimento Institucional dos Tribunais e de sua Integração

Recomendações Técnicas:

- Fortalecimento da representação dos TCs;
- Integração, troca de informações e conhecimento entre tribunais;
- Realização de eventos nacionais para a discussão e reflexão sobre experiências semelhantes de outros países;
- Participação em cursos, seminários e eventos no exterior.

Estruturação e Potencialização da Equipe de Gestão do Projeto

Recomendações Técnicas:

- Seleção dos elementos da equipe, combinando capacidade técnica, liderança, criatividade e empreendedorismo;
- Designação formal dos membros;
- Capacitação da equipe, enfatizando planejamento, gestão de projetos, gestão de riscos, administração financeira, contratação e gestão de contratos;
- Montagem da infraestrutura física e de TI.

As Categorias de Investimento Apoiadas pelo Projeto

- Capacitação;
- Consultoria;
- Equipamentos – informática;
- Equipamentos – apoio e comunicação;
- Infraestrutura – obras e instalações.

6. IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Identidade é tudo que torna algo único. No caso do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é possível definir a sua identidade funcional como o conjunto de suas características próprias e exclusivas que refletem sua personalidade. Compõe-se das definições do seu negócio, da sua missão, visão e valores.

Negócio:

- Controle externo

Missão:

- Exercer o controle externo, mediante orientação, fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, visando à sua correta aplicação em benefício da sociedade.

Visão:

- Ser reconhecida como uma instituição célere e comprometida com a defesa do erário.

Valores:

- **Compromisso** – Estar comprometido com a identidade organizacional (negócio, missão, visão e valores);
- **Ética** – Agir de acordo com os princípios constitucionais da moralidade, legalidade e impessoalidade;
- **Celeridade** – Atuar com agilidade na execução dos atos de controle externo;
- **Transparência** – Agir com clareza e dar publicidade aos atos de controle externo;
- **Qualidade** – Garantir a eficiência e a eficácia do controle externo;
- **Modernidade** – Adotar métodos, técnicas e tecnologias modernos.

7. OBJETIVOS 2007-2010

Com fundamento na identidade organizacional deste Tribunal, elaborou-se o Plano Estratégico 2007-2010 que foi resultado de um processo participativo dos Conselheiros, Auditores, Procuradores, servidores, gerentes, subgerentes e integrantes do PROMOEX que, com empenho e dedicação, transformaram intenções e sonhos em compromissos possíveis de serem concretizados.

Com o objetivo de impulsionar e direcionar o processo de modernização institucional, inserido no contexto do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX, destacam-se os seguintes objetivos:

- Garantir a melhoria contínua do controle externo;
- Elevar o nível de satisfação da sociedade;
- Elevar o nível de satisfação dos jurisdicionados;
- Elevar o nível de satisfação dos servidores.

8. METAS 2007-2010

Para fortalecer a identidade organizacional e alcançar os objetivos propostos, o Tribunal pautar-se-á pelas metas detalhadas a seguir:

- 1 Elevar para 100% a apreciação de processos no exercício seguinte ao seu encerramento, até dezembro de 2010;
- 2 Reduzir para zero o estoque de processos de prestação de contas estaduais e municipais até dezembro de 2009;
- 3 Implantar em 100% dos órgãos a análise concomitante até dezembro de 2010;
- 4 Acompanhar o cumprimento de 100% das decisões do Tribunal até dezembro de 2010;
- 5 Reduzir para 40 dias o prazo máximo de resposta aos consulentes até dezembro de 2009;
- 6 Elevar para 100% a análise dos atos de admissão e de inativação de pessoal até dezembro de 2010;
- 7 Elevar em 10% o nível de satisfação da sociedade, jurisdicionados e servidores até dezembro de 2010.

9. ESTRATÉGIAS

COMPONENTE/ SUBCOMPONENTE	ESTRATÉGIA	TIPO: (Política, programa projeto, meta)
COMPONENTE 1. FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ÂMBITO NACIONAL	Promover intercâmbio de experiências e parcerias com os demais Tribunais de Contas do Brasil e outros órgãos de controle, buscando o compartilhamento de sistemas	Plano de ação
COMPONENTE 2. MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		
SUBCOMPONENTE 2.1. Desenvolvimento de vínculos inter-institucionais com outros poderes e instituições dos três níveis de governo e com a sociedade	<p>Implantar programa de cooperação institucional com o Ministério Público, o Poder Judiciário e os Poderes Legislativos Estadual e Municipais</p> <p>Desenvolver e implementar projeto educacional com os cidadãos e com a sociedade</p> <p>Criar e implantar projeto de visitas monitoradas ao TCE</p> <p>Promover ações de comunicação com os cidadãos e com a sociedade organizada</p> <p>Criar e implantar instrumento de avaliação da imagem do TCE</p> <p>Instituir e implantar a Ouvidoria</p>	<p>Plano de ação</p> <p>Projeto</p> <p>Projeto</p> <p>Plano de ação</p> <p>Projeto</p> <p>Projeto</p>

COMPONENTE/ SUBCOMPONENTE	ESTRATÉGIA	TIPO: (Política, programa projeto, meta)
COMPONENTE 2. MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		
SUBCOMPONENTE 2.2. Integração dos Tribunais de Contas no Ciclo de Gestão Governamental	Elaborar e implementar plano de capacitação para os jurisdicionados	Projeto
	Divulgar e discutir com os jurisdicionados os resultados do controle externo a fim de subsidiar a elaboração de políticas e programas públicos (PPA, LDO e LOA)	Plano de ação
	Criar e implementar auditoria de resultados e avaliação de programas	Plano de ação
SUBCOMPONENTE 2.3. Redesenho dos métodos, técnicas e procedimentos de controle externo	Redesenhar, manualizar e implementar métodos e procedimentos de análise	Projeto
	Redesenhar e implementar a estrutura organizacional	Projeto
	Revisar e encaminhar para aprovação a legislação vigente (Lei Orgânica)	Plano de ação
	Revisar o Regimento Interno e resoluções	Plano de ação
	Revisar e implementar os ritos processuais	Projeto
	Criar e implementar sistema integrado de trâmite processual, com módulos de controle de débitos e multas, acompanhamento das decisões e cumprimento dos prazos processuais	Plano de ação
	Desenvolver e implementar sistema informatizado de prestação de contas	Plano de ação

COMPONENTE/ SUBCOMPONENTE	ESTRATÉGIA	TIPO: (Política, programa projeto, meta)
COMPONENTE 2. MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		
SUBCOMPONENTE 2.4. Planejamento Estratégico e Aprimoramento Gerencial	Elaborar e implantar o processo de planejamento estratégico	Plano de Ação
	Redesenhar, normatizar e manualizar métodos e procedimentos administrativos	Projeto
	Desenvolver e implementar Sistema de Controle Interno	Plano de ação
SUBCOMPONENTE 2.5. Desenvolvimento da Política e da Gestão da Tecnologia de Informação	Elaborar e implementar Planejamento Estratégico de TI	Plano de Ação
	Criar e implementar o plano de atualização e ampliação do parque tecnológico	Projeto
	Atualizar e instalar softwares operacionais	Plano de ação
	Incorporar recursos de Tecnologia de Informação nos trabalhos de fiscalização	Plano de ação

COMPONENTE/ SUBCOMPONENTE	ESTRATÉGIA	TIPO: (Política, programa projeto, meta)
COMPONENTE 2. MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		
SUBCOMPONENTE 2.6. Adequação da Política e Gestão de Pessoal	Revisar e encaminhar para aprovação o plano de cargos e salários do Tribunal	Plano de Ação
	Instituir e implementar sistemática de avaliação de desempenho e de incentivo à produtividade	Plano de ação
	Definir e implementar política de gestão de pessoas	Plano de ação
	Elaborar e implementar plano de capacitação dos servidores (área meio, área fim, área de TI, área de engenharia, área gerencial)	Projeto
	Instituir e implementar programa de saúde, qualidade de vida e cidadania	Projeto
	Adquirir e implementar Sistema Gestão de Pessoas	Plano de ação

10. MATRIZ DE CORRELAÇÃO

As estratégias necessárias ao alcance dos objetivos previstos no contexto do plano estratégico, para o período de 2007 a 2010, estão assim correlacionadas com as metas:

ESTRATÉGIAS	METAS						
1 - Promover intercâmbio de experiências e parcerias com os demais Tribunais de Contas do Brasil e outros órgãos de controle, buscando o compartilhamento de sistemas.	▼	▼	▼	▼	▼	▼	
2 - Implantar programa de cooperação institucional com o Ministério Público, o Poder Judiciário e os Poderes Legislativos Estaduais e Municipais.				▲			▼
3 - Projeto educacional com os cidadãos e com a sociedade.							▲
4 - Projeto "Venha conhecer o TCE".							▲

▼ Impacto indireto

▲ Impacto direto

ESTRATÉGIAS	METAS						
5 - Promover ações de comunicação com os cidadãos e com a sociedade organizada.							▲
6 - Criar e implantar instrumento de avaliação da imagem do TCE.							▲
7 - Instituir e implantar a Ouvidoria.					▲		▲
8 - Elaborar e implementar plano de capacitação para os jurisdicionados.	▼	▼	▼			▼	▼
9 - Divulgar e discutir com os jurisdicionados os resultados do controle externo a fim de subsidiar a elaboração de políticas e programas públicos (PPA, LDO e LOA).	▼	▼	▼				▼
10 - Criar e implementar auditoria de resultados e avaliação de programas.			▲				
11 - Redesenhar, manualizar e implementar métodos e procedimentos de análise.	▲	▲	▲		▲	▲	
12 - Redesenhar e implementar a nova estrutura organizacional.	▼	▼	▼	▼	▼	▼	

Impacto indireto

Impacto direto

-
- ▼ Impacto indireto
 - ▲ Impacto direto

ESTRATÉGIAS

METAS

ESTRATÉGIAS	1- Elevar para 100% a apreciação de processos no exercício seguinte ao seu encerramento, até dezembro de 2010	2- Reduzir para zero o estoque de processos de prestação de contas estaduais e municipais até dezembro de 2009	3 - Implantar em 100% dos órgãos a análise concomitante até dezembro de 2010	4 - Acompanhar o cumprimento de 100% das decisões do Tribunal até dezembro de 2010	5 - Reduzir para 40 dias o prazo máximo de resposta aos consultantes até dezembro de 2009	6 - Elevar para 100% a análise dos atos de admissão e de inativação de pessoal até dezembro de 2010	7 - Elevar em 10% o nível de satisfação da sociedade, jurisdicionados e servidores até dezembro de 2010;
21 - Elaborar e implementar planejamento estratégico de Tecnologia da Informação (TI).	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
22 - Criar e implementar plano de atualização e ampliação do parque tecnológico.	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
23 - Softwares operacionais atualizados e instalados.	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
24 - Incorporar recursos de Tecnologia da Informação (TI) aos trabalhos de fiscalização.	▲	▲	▲		▲	▲	

ESTRATÉGIAS	METAS						
29 - Instituir e implementar programa de saúde, qualidade de vida e cidadania.	▼	▼	▼		▼	▼	▲
30 - Adquirir e implementar Sistema de Gestão de Pessoas.							▲

Impacto indireto

Impacto direto

II. PRINCIPAIS AÇÕES

ESTRATÉGIA I

Promover intercâmbio de experiências e parcerias com os demais Tribunais de Contas do Brasil e outros órgãos de controle, buscando o compartilhamento de sistemas.

UNIDADE: Auditoria

RESPONSÁVEL: Jaime Amorim Júnior

OBJETIVO: Integrar o TCE/PI com as outras Cortes de Contas do país, objetivando a troca de experiências e soluções para os problemas comuns aos Tribunais de Contas do Brasil.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Realizar diagnóstico da situação atual;
- Organizar os convênios já firmados e as trocas de informações já realizadas com outros Tribunais de Contas;
- Atualizar permanentemente as informações acerca dos dirigentes dos Tribunais de Contas;
- Reconhecer os diversos problemas operacionais desta Corte de Contas e buscar solução nos Tribunais que tenham obtido sucesso na resolução desses entraves;
- Estabelecer convênios e parcerias para resolução de problemas comuns.

ESTRATÉGIA 2

Implantar programa de cooperação institucional com o Ministério Público, o Poder Judiciário e os Poderes Legislativos Estaduais e Municipais.

UNIDADE: Auditoria

RESPONSÁVEL: Auditor Delano Carneiro da Cunha Câmara

OBJETIVO: Integrar o Tribunal de Contas do Piauí com os poderes estaduais e municipais, trocando experiências, estabelecendo convênios e permitindo a cooperação desses entes na busca do bem público.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Realizar encontros de cooperação com os representantes de cada poder;
- Realizar o primeiro Fórum de Combate à Corrupção;
- Celebrar convênios de cooperação institucional com os poderes.

ESTRATÉGIA 3

PROJETO: Projeto educacional com os cidadãos e com a sociedade.

UNIDADE: Secretaria das Sessões

RESPONSÁVEL: Isabel Maria Reis de Freitas Dias

OBJETIVO: Desenvolver projeto educacional com os cidadãos e com a sociedade.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Cadastrar instituições, grupos de serviço e associações de bairro e outros grupos da sociedade organizada com os respectivos responsáveis;
- Elaborar cronogramas anuais de palestras a serem realizadas com temas escolhidos e desenvolvidos por auditores e técnicos do TCE/PI ou por convidados;
- Executar cronograma de palestras;
- Confeccionar informativos para distribuição.

ESTRATÉGIA 4

PROJETO: Projeto “Venha conhecer o TCE”.

UNIDADE: Secretaria das Sessões

RESPONSÁVEL: Isabel Maria Reis de Freitas Dias

OBJETIVO: Realizar visitas monitoradas de estudantes provenientes das escolas e instituições de ensino superior piauienses, públicas e privadas, ao TCE/PI, para apresentar as atividades desenvolvidas pelo órgão.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Cadastrar escolas e instituições de ensino superior públicas e privadas;
- Elaborar roteiro e cronograma de visitas;
- Solicitar orçamentos e reimprimir as cartilhas institucionais;
- Adquirir equipamentos necessários à execução do projeto;
- Implementar as visitas, nos termos do projeto.

Formando Novos Cidadãos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO



ESTRATÉGIA 5

Promover ações de comunicação com os cidadãos e com a sociedade organizada.

UNIDADE: Secretaria das Sessões

RESPONSÁVEL: Isabel Maria Reis de Freitas Dias

OBJETIVO: Ampliar o conhecimento da sociedade piauiense sobre as ações e atribuições do TCE/PI.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Confeccionar vídeo institucional baseado na cartilha “Formando Novos Cidadãos”;
- Realizar palestras nos termos do cronograma;
- Contratar consultoria especializada para reformular o site do TCE/PI, incluindo um link para a Ouvidoria;
- Confeccionar informativos para distribuição.

- INÍCIO
- O TRIBUNAL
- PAUTA
- MEMBROS
- INADIMPLÊNCIA
- LICITAÇÕES
- LEGISLAÇÃO
- PUBLICAÇÕES
- PROMDEX
- CONSULTAS
- INTRANET
- Links Úteis
- Localização
- Ramais e E-Mail
- CEDEC



ATENÇÃO



O Tribunal de Contas realizará nos dias
B e H de outubro **Curso de Licitações Públicas**

Local: Auditorio do TCE-PI

Inscrição

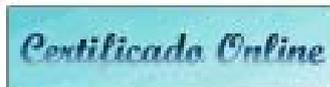
Confira lista com os nomes dos gestores públicos que tiveram suas contas rejeitadas por irregularidade nos últimos cinco anos, disponibilizada para o Tribunal Regional Eleitoral.

- Lista de Fundos e Câmaras Municipais
- Lista de Prefeituras Municipais
- Órgãos e entidades das administrações Estadual e Municipais julgados pelo Pleno.
- Órgãos, entidades, hospitais e unidades mistas das administrações Estadual e Municipais julgados pelas câmaras desta corte.
- Relação dos gestores que tiveram os seus recursos de revisão acatados por esta Corte até o dia 05/07/2008 em aditamento à relação enviada ao TRE/PI na data de 30/06/2008.

- SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 002/2008.
Seja Mais - Aviso de Adamento [Mais](#)

Notícias

- 22/09/2008 - ADIAMENTO de Sessão - Primeira Câmara: 22/09/2008.
- 22/09/2008 - CANCELAMENTO SESSÃO PLENÁRIA DE 22/09/2008.
- 16/09/2008 - Pauta de Julgamento da Sessão Plenária do dia 25/8
- 16/09/2008 - Pauta da Segunda Câmara - Sessão: 22/09/2008.
- 16/09/2008 - Pauta da Primeira Câmara - Sessão: 22/09/2008.
- 12/09/2008 - Pauta da Primeira Câmara - Sessão: 16/09/2008.
- 11/09/2008 - Pauta de Julgamento da Sessão Plenária do dia 19/8



Pesquisa de Processos

Digite o Nº do Processo:
Nº do Processo(ano com 2 dígitos, Ex. 9999/02)

Pesquisar

Para busca avançada Clique Aqui

Boletins para pagamentos de multas:
Nº do Processo(ano com 2 dígitos, Ex. 9999/02)

Pesquisar

BUSCAR NO TRIBUNAL

OK

O TCE torna Público

OUVIDORIA

Espaço destinado para o cidadão fazer denúncias e/ou sugestões para o TCE.

Digite a sua mensagem:

Informe seu nome:

E-mail para resposta:

Enviar

ESTRATÉGIA 6

PROJETO: Criar e implantar instrumento de avaliação da imagem do TCE.

UNIDADE: Presidência

RESPONSÁVEL: Cláudia Brandão de Oliveira

OBJETIVO: Verificar a imagem que o TCE/PI dispõe, hoje, perante seus servidores, os jurisdicionados e a sociedade piauiense.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Definir objetivos e critérios das pesquisas de avaliação da imagem do TCE/PI a serem realizadas com os servidores, jurisdicionados e sociedade;
- Contratar instituto especializado em pesquisa de satisfação;
- Avaliar e divulgar os resultados.

ESTRATÉGIA 7

PROJETO: Instituir e implantar a Ouvidoria.

UNIDADE: Comissão Administradora do PROMOEEX (CAPRO)

RESPONSÁVEL: Cláudia Jovanka Cury de Miranda

OBJETIVO: Aproximar a sociedade do processo de fiscalização das contas públicas.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Formar grupo de trabalho;
- Conhecer experiências de outros órgãos;
- Apresentar proposta de criação da Ouvidoria ao Plenário do TCE/PI, em consonância com a nova estrutura organizacional do TCE/PI;
- Elaborar manual de procedimentos da Ouvidoria;
- Desenvolver sistema informatizado para as solicitações do público externo;
- Implementar a Ouvidoria;
- Dar ampla divulgação aos cidadãos.

ESTRATÉGIA 8

PROJETO: Elaborar e implementar plano de capacitação para os jurisdicionados.

UNIDADE: DFAE

RESPONSÁVEL: Maria do Socorro Freitas de Brito

OBJETIVO: Atingir a excelência no controle externo, qualificando os gestores públicos para que eles possam prestar contas da forma correta.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Identificar áreas de capacitação;
- Elaborar programação de cursos/treinamentos/seminários/fóruns;
- Elaborar proposta de multiplicadores de conhecimento;
- Realizar cursos/treinamentos/seminários/fóruns;
- Avaliar o impacto da capacitação;
- Propor plano de capacitação do gestor, nas áreas consideradas críticas, para ser realizado periodicamente.

ESTRATÉGIA 9

PROJETO: Divulgar e discutir com os jurisdicionados os resultados do controle externo a fim de subsidiar a elaboração de políticas e programas públicos (PPA, LDO e LOA).

UNIDADE: Comissão Administradora do PROMOEEX (CAPRO)

RESPONSÁVEL: Francisco das Chagas Avelino de Macedo

OBJETIVO: Estabelecer um canal permanente de contato com os jurisdicionados de forma a debater o acompanhamento dos resultados de controle externo e a embasar a elaboração de políticas e programas públicos.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Realizar fóruns técnicos com os gestores;
- Confeccionar e distribuir material de apoio aos participantes dos fóruns técnicos.

ESTRATÉGIA 10

Criar e implementar auditoria de resultados e avaliação de programas.

UNIDADE: DFAM

RESPONSÁVEL: Kassandra Saraiva de Lima

OBJETIVO: Realizar auditorias para avaliar a eficácia da administração na aplicação de recursos públicos.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Identificar programas e/ou ações a serem auditados;
- Contratar auditoria;
- Capacitar os servidores em Auditoria Operacional;
- Realizar as auditorias selecionadas;
- Monitorar os resultados encontrados.



ESTRATÉGIA I I

PROJETO: Redesenhar, manualizar e implementar métodos e procedimentos de análise.

UNIDADE: DFAE

RESPONSÁVEL: Zilma de Carvalho Melo

OBJETIVO: Garantir a qualidade e a celeridade nos processos de controle externo, reformando e manualizando os procedimentos técnicos de fiscalização.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Identificar os itens de fiscalização com maior grau de dificuldade para o controle externo;
- Realizar estudo sobre as normas, métodos e técnicas de controle externo e contratar consultoria;
- Redesenhar, manualizar e implementar os novos métodos e técnicas de fiscalização.



ESTRATÉGIA I2

PROJETO: Redesenhar e implementar a nova estrutura organizacional.

UNIDADE: Auditoria

RESPONSÁVEL: Auditor Alisson Felipe de Araújo

OBJETIVO: Reformar o organograma do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, corrigindo as atuais distorções de sua estrutura organizacional.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Elaborar a minuta contendo a nova estrutura organizacional do TCE/PI;
- Encaminhar o projeto da nova estrutura organizacional do TCE/PI ao Plenário;
- Implementar a nova estrutura organizacional.

ESTRATÉGIA 13

Revisar e encaminhar para aprovação a legislação vigente (nova Lei Orgânica).

UNIDADE: Auditoria

RESPONSÁVEL: Auditor Alisson Felipe de Araújo

OBJETIVO: Implementar uma nova Lei Orgânica no Tribunal de Contas do Estado do Piauí, atualizada em relação ao ordenamento jurídico vigente.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Concluir a minuta do anteprojeto de Lei Orgânica do Tribunal de Contas;
- Apresentar a minuta para apreciação do Plenário do Tribunal;
- Enviar o anteprojeto à Assembléia Legislativa;
- Manualizar a nova Lei Orgânica do TCE/PI.

ESTRATÉGIA 14

Revisar o Regimento Interno e resoluções.

UNIDADE: Ministério Público de Contas

RESPONSÁVEL: Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos

OBJETIVO: Aprimorar o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí e resoluções.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Concluir a minuta do novo texto do Regimento Interno do TCE/PI;
- Adequar o novo texto do Regimento Interno ao texto da Lei Orgânica aprovado pela Assembléia;
- Apresentar o novo texto do Regimento Interno para apreciação do Plenário;
- Publicar e manualizar o novo Regimento Interno;
- Revisar as resoluções operacionais do TCE/PI em consonância com o novo Regimento Interno, encaminhando-as ao Plenário;
- Manualizar e publicar as novas resoluções operacionais.

ESTRATÉGIA 15

PROJETO: Revisar e implementar os ritos processuais.

UNIDADE: Secretaria das Sessões

RESPONSÁVEL: Jean Carlos Andrade Soares

OBJETIVO: Uniformizar o trâmite de processos de controle externo no âmbito do TCE/PI e difundir o conhecimento dessa tramitação entre os servidores do Tribunal.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Identificar cada tipo de processo de controle externo com seus respectivos trâmites;
- Pesquisar os ritos processuais de controle externo em outros Tribunais de Contas;
- Realizar visitas técnicas em Tribunais que sejam modelos em ritos processuais;
- Contratar consultoria;
- Definir os trâmites de todos os processos de controle externo do TCE/PI;
- Encaminhar proposta de resolução de ritos processuais para apreciação do Plenário;
- Elaborar e publicar cartilhas destinadas aos servidores.

ESTRATÉGIA 16

Criar e implementar sistema integrado de trâmite processual, com módulos de controle de débitos e multas, acompanhamento das decisões e cumprimento dos prazos processuais.

UNIDADE: Secretaria das Sessões

RESPONSÁVEL: Francisco de Assis da Silva Junior

OBJETIVO: Dotar o Tribunal de um sistema informatizado de controle de trâmite processual, prazos processuais, controle de débitos e multas e acompanhamentos das decisões.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Identificar os problemas concernentes ao sistema de controle de débitos e multas;
- Elaborar um relatório detalhando o modo de funcionamento do atual sistema de controle de débitos, acompanhamento de decisões e cumprimento dos prazos;
- Contratar consultoria;
- Desenvolver o sistema integrado de trâmite processual, com módulos de controle de débitos e multas, acompanhamento das decisões e cumprimento dos prazos processuais;
- Confeccionar cartilhas informativas.

ESTRATÉGIA 17

Desenvolver e implementar sistema informatizado de prestação de contas.

UNIDADE: Diretoria de Informática

RESPONSÁVEL: Weyler Nunes Martins Lopes

OBJETIVO: Dotar o Tribunal de um sistema de prestação de contas eletrônico.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Diagnosticar a situação atual de todos os processos de prestação de contas;
- Elaborar projeto para implementação dos procedimentos informatizados necessários;
- Analisar o sistema de prestação de contas para municípios - Sagres, cedido pelo TCE/PB;
- Adaptar o sistema Sagres a aspectos específicos do TCE/PI;
- Disponibilizar o sistema Sagres para unidades gestoras.
- Implementar sistema de envio da prestação de contas eletrônica através da Web;
- Desenvolver sistema de controle eletrônico de licitação, através da Web, para utilização por órgãos da administração pública;
- Implementar sistema de controle eletrônico de obras, através da Web, para utilização por órgãos da administração pública;
- Desenvolver formulários eletrônicos para prestação de contas por órgãos da administração pública estadual.



ESTRATÉGIA 18

Elaborar e implantar o processo de planejamento estratégico.

UNIDADE: Secretaria das Sessões

RESPONSÁVEL: Francisco de Assis da Silva Júnior

OBJETIVO: Acompanhar o planejamento e o cumprimento das ações estratégicas do TCE/PI.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Criar grupo de trabalho para desenvolver e acompanhar as ações do Planejamento Estratégico do TCE/PI;
- Definir e divulgar a identidade organizacional do TCE/PI;
- Definir objetivos, metas e estratégias do TCE/PI;
- Adequar as ações do Planejamento Estratégico com as do PROMOEEX;
- Elaborar e publicar o Plano Estratégico do TCE/PI;
- Avaliar o cumprimento das metas e estratégias;
- Elaborar e publicar os Resultados de Gestão.

ESTRATÉGIA 19

PROJETO: Redesenhar, normatizar e manualizar métodos e procedimentos administrativos.

UNIDADE: Presidência

RESPONSÁVEL: Eline Rodrigues de Miranda Paulo

OBJETIVO: Uniformizar o trâmite de processos administrativos no âmbito do TCE/PI, visando ao melhor desenvolvimento das ações.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Identificar cada tipo de processo administrativo e seu respectivo trâmite;
- Pesquisar a sistemática processual administrativa em outros Tribunais de Contas;
- Realizar visita técnica a um Tribunal que seja modelo em ritos processuais administrativos;
- Contratar consultoria;
- Definir cada trâmite de processo administrativo;
- Encaminhar proposta de resolução de procedimentos administrativos para apreciação do Plenário;
- Manualizar os trâmites de todos os processos administrativos do TCE/PI;
- Elaborar cartilhas destinadas aos servidores.



ESTRATÉGIA 20

Desenvolver e implementar Sistema de Controle Interno.

UNIDADE: Comissão Administradora do PROMOEEX (CAPRO)

RESPONSÁVEL: Francisco das Chagas Avelino de Macedo

OBJETIVO: Desenvolver e implementar o Sistema de Controle Interno no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Identificar a atual sistemática de controle interno no âmbito do TCE/PI;
- Consolidar os dados levantados;
- Contratar consultoria;
- Definir pontos de controle;
- Estabelecer os procedimentos de controle;
- Desenvolver o Sistema de Controle Interno no TCE/PI;
- Implantar e monitorar o Sistema de Controle Interno.

ESTRATÉGIA 2 I

Elaborar e implementar planejamento estratégico de Tecnologia da Informação(TI).

UNIDADE: Diretoria de Informática

RESPONSÁVEL: Antônio Moreira da Silva Filho.

OBJETIVO: Pautar as ações da Diretoria de Informática de acordo com o planejamento estratégico do TCE/PI.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Levantar e avaliar todas as aplicações já implementadas;
- Identificar necessidades de novos sistemas ou adequação de sistemas existentes;
- Levantar necessidades de aquisição de softwares;
- Realizar estudo sobre a demanda de serviços associadas ao atendimento e suporte aos usuários internos e externos;
- Levantar a metodologia de desenvolvimento de sistemas atualmente utilizada no setor de informática e possíveis metodologias a serem adotadas;
- Elaborar o Plano Diretor de TI.



ESTRATÉGIA 22

PROJETO: Criar e implementar plano de atualização e ampliação do parque tecnológico.

UNIDADE: Diretoria de Informática

RESPONSÁVEL: Wesley Emmanuel Martins Lima

OBJETIVO: Atualizar e ampliar o parque tecnológico do TCE/PI, adquirindo servidores, computadores e outros hardwares e softwares necessários para o Tribunal.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Levantar e avaliar todas as necessidades do atual parque tecnológico do TCE/PI;
- Fazer relatório circunstanciado da atual situação do parque tecnológico do Tribunal;
- Adquirir os equipamentos de hardware e softwares necessários à atualização e ampliação do parque tecnológico.

ESTRATÉGIA 23

Softwares operacionais atualizados e instalados.

UNIDADE: Diretoria de Informática

RESPONSÁVEL: Wesley Emmanuel Martins Lima

OBJETIVO: Garantir que todos os softwares operacionais do TCE/PI estejam permanentemente atualizados a fim de possibilitar aos seus funcionários um ambiente estável, seguro e com as ferramentas necessárias à realização de suas atividades.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Levantar a situação do atual parque computacional do TCE/PI;
- Levantar os softwares operacionais atualmente instalados nas estações de trabalho e nos servidores do TCE/PI;
- Identificar os softwares operacionais que melhor se adaptem ao parque computacional e às necessidades dos funcionários;
- Adquirir, configurar e instalar os softwares operacionais.

ESTRATÉGIA 24

Incorporar recursos de Tecnologia da Informação(TI) aos trabalhos de fiscalização.

UNIDADE: Diretoria de Informática

RESPONSÁVEL: Weyler Nunes Martins Lopes

OBJETIVO: Implementar recursos de Tecnologia da Informação(TI) para os trabalhos de fiscalização.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Implementar aplicativo para extração de dados das prestações eletrônicas geradas através do programa Sagres;
- Desenvolver e implantar sistema de informação para os setores do TCE/PI relacionados com a fiscalização municipal;
- Implementar aplicativo para obtenção de dados provenientes do sistema SIAFEM referentes à administração estadual;
- Implementar sistema de informação para setores do TCE/PI relacionados com a fiscalização estadual, onde informações provenientes dos dados do SIAFEM possam ser providas;
- Adquirir equipamentos para suporte às atividades de fiscalização;
- Implementar ferramentas de geração de relatórios gerenciais para suprir órgãos de fiscalização do TCE/PI de informações sobre licitações da administração pública;
- Implementar funcionalidades no sistema Obrasweb para prover a Divisão de Engenharia do TCE/PI de informações referentes a obras e serviços da administração pública.



ESTRATÉGIA 25

Revisar e encaminhar para aprovação o plano de cargos e salários do Tribunal.

UNIDADE: Auditoria

RESPONSÁVEL: Auditor Alisson Felipe de Araújo

OBJETIVO: Implementar um novo plano de cargos e salários no TCE/PI, de acordo com o novo organograma e adequado às atribuições dos servidores.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Levantar a situação atual;
- Levantar a situação ideal para atender a nova estrutura organizacional do TCE/PI;
- Formular minuta de projeto de lei disciplinando o novo plano de cargos e salários do pessoal do Tribunal de Contas a ser apresentada ao Plenário;
- Encaminhar o projeto de lei à Assembléia Legislativa.

ESTRATÉGIA 26

Instituir e implementar sistemática de avaliação de desempenho e de incentivo à produtividade.

UNIDADE: DFAM

RESPONSÁVEL: Mayra Veloso Porto Pires de Oliveira

OBJETIVO: Estimular o aumento da produtividade dos servidores do TCE/PI, mediante a implementação de avaliação de desempenho e de incentivo à produtividade.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Contratar consultoria visando à orientação dos trabalhos;
- Executar os trabalhos de elaboração da proposta da sistemática de avaliação de desempenho e de incentivo à produtividade;
- Implementar a sistemática aprovada em Plenário;
- Confeccionar informativos para os servidores.

ESTRATÉGIA 27

Definir e implementar política de gestão de pessoas

UNIDADE: Auditoria

RESPONSÁVEL: Auditor Alisson Felipe de Araújo

OBJETIVO: Adequar a política de pessoal aos novos rumos traçados pelo novo organograma, nova Lei Orgânica e novo Regimento Interno e conforme a nova administração pública gerencial.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Conscientizar as lideranças da necessidade de mudança na atual política de gestão de pessoas;
- Levantar a situação da atual política de gestão de pessoas com relação a:
 1. Plano de cargos e salários;
 2. Sistemática de avaliação de desempenho;
 3. Programa de saúde e de qualidade de vida;
 4. Plano de capacitação dos servidores;
 5. Sistema de gestão de pessoas;
- Elaborar relatório da situação atual;
- Contratar consultoria;
- Definir nova política de gestão de pessoas;
- Confeccionar informativos acerca da política de gestão de pessoas adotada.



ESTRATÉGIA 28

PROJETO: Elaborar e implementar plano de capacitação dos servidores.

UNIDADE: Auditoria

RESPONSÁVEL: Auditor Delano Carneiro da Cunha Câmara

OBJETIVO: Estimular a capacitação técnica e científica dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes coerentes com os paradigmas da atualidade.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Elaborar um diagnóstico dos recursos humanos e físicos necessários para a capacitação dos servidores;
- Contratar consultoria e elaborar um plano de capacitação dos servidores;
- Qualificar e capacitar os servidores e gerentes das áreas meio, fim, de TI e socioculturais;
- Reformular o funcionamento e o acervo da Biblioteca do TCE.

ESTRATÉGIA 29

PROJETO: Instituir e implementar programa de saúde, qualidade de vida e cidadania.

UNIDADE: Diretoria Administrativa

RESPONSÁVEL: Emília Maria da Rocha Ribeiro Gonçalves Castelo Branco

OBJETIVO: Instituir e implementar programas de saúde, qualidade de vida e cidadania, visando a adequar a situação existente às demandas decorrentes da conjuntura atual.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Levantar a situação atual com relação a recursos humanos e materiais do setor responsável;
- Levantar a situação atual dos servidores do TCE;
- Contratar consultoria para fundamentar a elaboração do projeto;
- Definir e implementar as ações previstas no projeto.

ESTRATÉGIA 30

Adquirir e implementar Sistema de Gestão de Pessoas.

UNIDADE: Diretoria de Informática

RESPONSÁVEL: Antônio Henrique Lima do Vale

OBJETIVO: Reformular o sistema de gestão de pessoas com a implantação dos módulos “Portal do Servidor”, de relatórios gerenciais e de folha de pagamento.

PRINCIPAIS AÇÕES:

- Implementar o módulo “Portal do Servidor”;
- Implantar o módulo de relatórios gerenciais;
- Implantar o módulo de folha de pagamento;
- Realizar a manutenção dos módulos desenvolvidos.

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação de Produção	Comissão Administradora (CAPRO) PROMOEX - TCE/PI
Capa, Design Gráfico e Diagramação	Antonio Carlos Machado Marcello Morais
Revisão	Francisco de Assis da Silva Júnior Lucine de Moura S Pereira Batista Elisabete de Queiroz
Fotos	Cândido Neto



CNPJ: 05.818.935/0001-01 · Insc. Estadual: isento
Av. Pedro Freitas, 2100 - Centro Administrativo - CEP: 64018-200
Tel.: (86) 3215-3800 - Fax.: (86) 3218-3113
Email.: tce@tce.pi.gov.br
Teresina - Piauí - Brasil

